



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República na Paraíba

SELEÇÃO PARA ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO NA ÁREA DE DIREITO 2017

Data: 24.09.2017

INSTRUÇÕES PARA A PROVA

Leia com atenção as instruções abaixo:

- A prova objetiva é composta por **30 (trinta) questões**, de múltipla escolha, sendo apenas uma resposta a correta.
- Antes de começar a prova, verifique se todas as páginas e o número de questões estão corretos, não sendo aceito reclamações após o início.
- A prova subjetiva, que deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de **tinta azul ou preta, nas folhas destinadas a esse fim**, constará de 3 (três) questões, sendo 1 (uma) questão que será um caso prático onde o candidato deverá apresentar uma solução jurídica, escrevendo, no máximo, 70 (setenta) linhas e sem exigência de número mínimo, valendo 3,2 (três inteiros e dois décimos) pontos e 02 (duas) questões na qual o candidato deverá dissertar sobre temas que serão apresentados no momento da realização da prova, escrevendo no máximo 30 (trinta) linhas e sem exigência de número mínimo, valendo 1,0 (um inteiro) ponto cada uma. Além dos conhecimentos jurídicos, essa servirá para medir a capacidade de expressão do candidato na modalidade escrita, coerência textual e correção gramatical e ortográfica, sendo que **parte da nota nessa prova levará em conta o domínio dessas aptidões relacionadas à língua portuguesa.**
- Não é permitida consulta à legislação, doutrina, jurisprudência ou a qualquer outro material e os(as) candidatos(as) não poderão conversar entre si, nem manter contato de espécie alguma.
- O tempo de duração das provas é de **4 (quatro) horas**, incluído a prova objetiva e subjetiva.
- O(A) candidato(a) deverá acertar, no mínimo, **50%** das questões objetivas para ser habilitado à correção da prova subjetiva.
- Durante a realização das provas não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de máquina calculadora, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, nem o porte ou uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico e/ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, mp3, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, tablet, gravador ou outros equipamentos similares), bem como de protetores auriculares, **ficando automaticamente excluído o(a) candidato(a) que for surpreendido nessas situações.**
- Os telefones celulares e similares **não** podem ser manipulados e devem permanecer **desligados** durante o período em que o(a) candidato(a) se encontrar na sala, bem como os pertences não utilizados na prova deverão estar embaixo da carteira, **ficando automaticamente excluído o(a) candidato(a) que for surpreendido nessas situações.**
- Será permitida a saída do candidato com o caderno de provas apenas **após transcorrido 01 (uma) hora do início das provas e desde que entregue a folha de respostas e a dissertação ao fiscal.**
- O(A) candidato(a) deverá marcar a folha de respostas **com caneta esferográfica preta ou azul**, escolhendo dentre as alternativas **A, B, C, D**, sendo desconsiderada a resposta se não for atendido o referido critério de preenchimento. Rasuras e a informação de mais de uma alternativa na mesma questão anulará a resposta, bem como o preenchimento **a lápis grafite.**
- **Não haverá substituição da folha de respostas nem da dissertação por erro do(a) candidato(a).**
- Leia com atenção todas as questões e, havendo dúvidas, levante o braço para que um fiscal da prova o atenda.
- O gabarito da prova objetiva será divulgado no dia **25.09.2017, a partir das 18:00h**, através do site www.mpf.mp.br/ph, abrindo-se o prazo de 02 (dois) dias úteis para interposição de recursos, a contar da data de divulgação do resultado do gabarito oficial.
- Não será considerado, em hipótese alguma, o que for escrito nas folhas de rascunho.

Boa prova !!!

PROVA SUBJETIVA

(...) foi por causa da desigualdade persistente, da ausência de liberdades e do sofrimento cotidiano das pessoas, que reivindicamos também outras atribuições constitucionais, como a defesa da democracia, da sociedade e do meio ambiente e de zelar pelo respeito dos poderes públicos aos direitos assegurados na constituição. Estas novas atribuições constitucionais somaram-se ao papel clássico do Ministério Público, que é o de processar criminosos. É preciso desempenhar bem todas estas funções, porque todas ainda são realmente necessárias. (...) O Ministério Público instituído pela constituição de 1988 tem, portanto, a obrigação de exercer, com igual ênfase, a função criminal e a de defesa de direitos humanos. Deve priorizar a atuação de seus membros na medida adequada a resolver problemas graves, que inibem o bom desenvolvimento humano, como as elevadas taxas de homicídio; a violência urbana e rural, as falhas na qualidade da escola — e sabemos que a educação de qualidade emancipa a pessoa e rompe o círculo da pobreza —, e a ausência de serviços básicos de saúde onde são necessários.

Os desafios são muitos.

(...) Em todos os lugares do Brasil e em temas muito diferentes, há muito trabalho para o Ministério Público. A Constituição nos incumbiu de zelar pela higidez do sistema eleitoral, de coibir a violência doméstica, os crimes no trânsito que ceifam tantas vidas, os homicídios e os crimes de corrupção. No Ministério Público, temos o dever de cobrar dos que gerenciam o gasto público que o façam de modo honesto, eficiente e probo, ao ponto de restabelecer a confiança das pessoas nas instituições de governança.(...)

*Raquel Elias Ferreira Dodge
Procuradora-geral da República
18/09/2017*

1ª QUESTÃO (Caso Prático - 3,2 pontos)

O ex-Prefeito do Município de Corruptolândia teve condenação de primeiro grau confirmada em segunda instância pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em face da prática do crime previsto no art. 1º, I, do Decreto-Lei 201/67, à pena privativa de liberdade de 7(sete) anos de reclusão, tendo interposto recursos especial e extraordinário, respectivamente, ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal, já admitidos pela Vice-Presidência do Tribunal de origem. A requerimento do Ministério Público Federal, foi expedido mandado de prisão para cumprimento imediato da pena, tendo o réu impetrado *habeas corpus*, com pedido liminar, arguindo: a) impossibilidade de execução provisória da pena, em face do princípio constitucional da presunção de inocência; b) nulidade da ação penal, pois iniciada a partir de elementos de prova colhidos em investigação realizada pelo próprio MPF e não pela Polícia Federal; c) nulidade da sentença por violação à prerrogativa de foro, uma vez que foi julgado, mesmo após o mandato, por fatos praticados em sua gestão; d) nulidade da condenação por aproveitamento de provas ilícitas, uma vez que se baseou em prova emprestada de outro processo referente a outro réu, em que houve busca e apreensão por crime diverso (serendipidade). Apresente solução para o caso proposto a ser adotada no âmbito do *habeas corpus* impetrado.

2ª QUESTÃO (1,0 ponto)

Na sua atuação cível, o Ministério Público brasileiro depara-se com o desafio de fomentar a implementação de políticas públicas em favor da garantia de direitos humanos aos segmentos mais vulneráveis da população. Desenvolva o tema, atentando para os seguintes aspectos, dentre outros possíveis: a) instrumentos de atuação na esfera cível (inquérito civil, termo de ajustamento de conduta e recomendação); b) possibilidade de intervenção do Ministério Público na defesa de direitos sociais e a teoria da reserva do possível;

3ª QUESTÃO (1,0 ponto)

Distorções no sistema eleitoral brasileiro são apontadas como uma das causas mais profundas de disfunções do Estado brasileiro, seja pelo estímulo à promiscuidade entre interesses públicos e privados, clientelismo, ineficiência e falta de representatividade de segmentos vulneráveis. Desenvolva o tema, atentando para os seguintes aspectos: a) financiamento dos partidos políticos; b) instrumentos de atuação do Ministério Público e de outros legitimados para garantir a regularidade do processo eleitoral (AIRC, AIJE, AIME, RCD e Representações)

ATENÇÃO: Para cada questão subjetiva, utilize apenas o local específico destinado na folha de dissertação.

PROVA OBJETIVA

1) Julgue os itens abaixo com "V" para verdadeiro e "F" para falso e, em seguida, escolha a alternativa com a sequência correta:

I - Em seu livro "Que és una Constitución", Ferdinand Lassale defende que "Constituição é a soma dos fatores reais de poder que regem uma nação". Tal expressão significa que a Constituição é um conjunto de normas jurídicas, podendo ser compreendida em dois aspectos: o jurídico-positivo, fruto da atividade do constituinte, norma estruturante que está no topo do ordenamento jurídico; e o lógico-jurídico, fundamento hipotético de validade, que traduz-se em verdadeiro comando de "cumpra-se a Constituição".

II - Por outro lado, Konrad Hesse rebate o conceito de Ferdinand Lassale. Para o teórico, a Constituição possui uma força normativa capaz de modificar a realidade, isto é, nem sempre os fatores reais de poder prevalecem sobre a constituição normativa.

III - os direitos sociais (Título II, Capítulo II) são exemplos de elementos limitativos, pois impõem limites à atuação dos poderes públicos (caráter negativo) e exigem prestações materiais e jurídicas do Estado (caráter positivo).

IV - Viola cláusula de reserva de plenário (CRFB, art. 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.

V - Além da legitimidade para ajuizar ações de controle normativo abstrato, a Constituição estabelece que o Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

a) F, V, F, V, V.

b) V, V, V, V, V.

c) V, F, V, F, F.

d) F, F, F, F, F.

2) Julgue os itens abaixo com "V" para verdadeiro e "F" para falso e, em seguida, escolha a alternativa com a sequência correta:

I - Não é cabível o controle de constitucionalidade, concentrado ou difuso, quando a arguição se fez em face de constituição já revogada.

II - Podem propor ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade o Presidente da República, o Governador de Estado ou do Distrito Federal e os Prefeitos municipais.

III - O sigilo bancário, o sigilo fiscal e o sigilo telefônico representam projeções do direito à intimidade, fundado no art. 5º, X, da Constituição da República. Nesse contexto, tem-se que o fornecimento de informações financeiras ao fisco sem autorização judicial não ofende o direito ao sigilo bancário, pois não resulta propriamente em quebra de sigilo, mas sim em transferência de sigilo da órbita bancária para a fiscal, ambas protegidas contra o acesso de terceiros.

IV - O estabelecimento de critério étnico-racial para reserva de vagas em concursos públicos fere o princípio constitucional da isonomia, estampado no art. 5º da CRFB/88.

V - A primeira turma do STF, em precedente não vinculante, considerou que viola os direitos fundamentais da mulher, bem como o princípio da proporcionalidade, a criminalização do aborto no caso de interrupção voluntária da gestação no primeiro trimestre.

a) V, V, F, V, V.

b) F, V, V, V, F.

c) V, F, V, F, F.

d) F, F, V, F, V.

3) Julgue os itens abaixo com "V" para verdadeiro e "F" para falso e, em seguida, escolha a alternativa com a sequência correta:

I - É privativo de brasileiro nato o cargo de Procurador-Geral da República.

II - O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos, os maiores de 70 (setenta) anos e para os maiores de 16 (dezesseis) e menores de 18 (dezoito).

III - Dentre os fundamentos invocados pela Suprema Corte para julgar inconstitucionais as doações de pessoas jurídicas para campanhas eleitorais e partidos políticos pode-se citar: a) a "plutocratização" do prélio eleitoral; b) violação ao princípio da isonomia; c) a ausência de ideologia das pessoas jurídicas de direito privado.

IV - A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Estadual, apresentados e publicados na forma da lei.

V - Os Estados não podem legislar sobre licitação e contratos, ainda que no âmbito da competência suplementar, pois compete privativamente à União legislar sobre a matéria.

a) V, F, F, V, V.

b) F, V, F, V, F.

c) F, V, V, F, F.

d) F, F, V, F, V.

4) Julgue os itens abaixo com "V" para verdadeiro e "F" para falso e, em seguida, escolha a alternativa com a sequência correta:

I - A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

II - O exercício do direito de greve é assegurado a todos os servidores públicos civis.

III - Compete privativamente ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

IV - A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

V - Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.

a) V, F, F, V, F.

b) V, F, F, V, F.

c) F, V, V, F, V.

d) F, V, V, F, V.

5) Julgue os itens abaixo com "V" para verdadeiro e "F" para falso e, em seguida, escolha a alternativa com a sequência correta:

I - Não cabe ao STF julgar conflitos de atribuição entre o Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos dos estados. A questão não possui natureza jurisdicional, e sim administrativa, e, por isso, deverá ser resolvida pelo Procurador-Geral da República.

II - Compete aos juízes federais processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica, empresa pública ou sociedade de economia mista federais forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

III - Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

IV - A Constituição da República outorgou ao Ministério Público um amplo leque de atribuições, mas o texto constitucional não é expresso quanto ao poder de investigar infrações penais, exercer o controle externo da atividade policial e promover a defesa judicial dos direitos e interesses das populações indígenas.

V - o Ministério Público abrange o Ministério Público da União (Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios) e os Ministérios Públicos Estaduais, e tem por chefe o Procurador-Geral da República.

a) F, V, F, V, F.

b) V, F, F, V, V.

c) F, V, V, V, V.

d) V, F, F, F, F.

6) Julgue os itens abaixo com "V" para verdadeiro e "F" para falso e, em seguida, escolha a alternativa com a sequência correta:

I - De acordo com o "Relatório Justiça em números 2017", publicado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, a fase de execução demora três vezes mais do que a fase de conhecimento. Na Justiça Federal, por exemplo, a fase de conhecimento levou, em média, onze meses até a sentença no 1º grau, em 2016. Já a fase de execução levou, em média, seis anos e três meses. Embora o estudo não aponte as causas para a demora na fase executiva, é interessante observar que o Código de Processo Civil assegura que as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, mas não incluiu expressamente a exigência de que a atividade satisfativa também seja prestada em tempo razoável.

II - Em atenção ao princípio da duração razoável do processo, sempre que for verificado algum vício, o juiz deve proferir, sem dilações, decisão extinguindo o processo sem resolução do mérito, a qual não impede que a parte ajuíze nova ação, sanando o respectivo vício.

III - Dentre os princípios estabelecidos pelo Código de Processo Civil, destaca-se o princípio da boa-fé objetiva. Tal postulado não exige apenas que os sujeitos do processo atuem sem má-fé (boa-fé subjetiva), mas também que se comportem de maneira íntegra, cooperativa e sem contradições. Sendo assim, é correto afirmar que os institutos do *venire contra factum proprium*, *supressio* e *surrectio* são corolários da boa fé objetiva e reconhecidos como fundamentais para o desenvolvimento do processo civil.

IV - O princípio do contraditório deve ser compreendido como uma dupla garantia: a de participação com influência na formação do resultado e a de não surpresa. Com efeito, o resultado do processo deve ser fruto de intenso debate e da efetiva participação dos interessados, não podendo ser resultado do solipsismo do juiz. Nesse sentido, o Código de Processo Civil veda expressamente que se profira decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente

ouvida. Tal regra, contudo, possui uma única exceção: a tutela provisória de urgência (o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo é o que fundamenta a exceção).

V - A CRFB/88 estabelece no *caput* do art. 5º que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (...)". Sintonizado com o texto constitucional, o Código de Processo Civil prevê regras e institutos que dão efetividade ao princípio da isonomia. Nesse contexto, podemos afirmar que o princípio da paridade de armas (*par conditio*) e o sistema vinculante de precedentes judiciais estão diretamente relacionados com o referido princípio.

- a) F, F, V, V, F.
- b) V, V, F, V, V.
- c) F, F, V, F, V.
- d) V, V, F, F, V.

7) Julgue os itens a seguir atribuindo "V" para verdadeiro e "F" para falso e, em seguida, escolha a alternativa com a sequência correta:

I - Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade, não sendo necessária a "possibilidade jurídica do pedido", de acordo com a Lei nº. 13.105/2015.

II - Compete à Justiça Comum Estadual julgar as ações acidentárias que, propostas pelo segurado contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), visem à prestação de benefícios relativos a acidentes de trabalho.

III - Compete ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região processar e julgar, originalmente, o prefeito municipal de João Pessoa/PB por ato de improbidade administrativa, considerando que a CRFB/88 atribui foro por prerrogativa de função para referida autoridade nesse caso.

IV - Procurador da República atuante na PRPB não tem atribuição para propor ação de improbidade administrativa em face do governador do Estado da Paraíba em razão de ato ímprobo praticado com recursos de convênio firmado com a União, pois governador de Estado-membro detém foro por prerrogativa de função no Superior Tribunal de Justiça.

V - Tramitando o processo perante a 3ª Vara Cível de João Pessoa, se o Conselho Regional de Medicina da Paraíba nele intervier na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, os autos deverão ser remetidos para a Justiça Federal.

- a) V, V, F, F, V.
- b) F, F, V, V, F.
- c) F, F, V, F, V.
- d) V, F, F, V, V.

8) Julgue os itens a seguir atribuindo "V" para verdadeiro e "F" para falso e, em seguida, escolha a alternativa com a sequência correta:

I - Ao atuar como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público Federal fica impedido de arguir incompetência relativa, uma vez que essa matéria é de interesse exclusivo das partes.

II - Perícias requeridas pelo MPF, nos casos em que este atue como parte ou fiscal da ordem jurídica, deverão ser pagas de forma adiantada pela União.

III - O MPF será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam o interesse público ou social, interesse de incapaz e litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

IV - Se a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações participarem do processo, configura-se, por si só, hipótese de intervenção do MPF, haja vista a presença de interesse público.

V - No processo civil, o Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, salvo quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para a prática do ato, como é o caso dos prazos recursais.

- a) V, V, V, V, V.
- b) F, F, V, F, F.
- c) F, F, F, F, F.
- d) V, F, V, V, V.

9) Julgue os itens a seguir atribuindo "V" para verdadeiro e "F" para falso e, em seguida, escolha a alternativa com a sequência correta:

I - Na ação civil pública, o Ministério Público, se não intervier como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.

II - Sendo comunicado ao MPF possível ato de improbidade administrativa, o *Parquet* federal poderá instaurar inquérito civil público para apurar os fatos. Caso seja necessário obter documentos e informações públicos a organismo público ou privado, o membro do MPF deverá requerer ao Poder Judiciário a expedição de mandado de requisição.

III - Em sede de Ação Civil Pública, a condenação do MP ao pagamento de honorários advocatícios somente é cabível na hipótese de comprovada e inequívoca má-fé do *Parquet*. Por outro lado, não pode o *Parquet* beneficiar-se de honorários quando for vencedor na ACP.

IV - Antes de receber a inicial da Ação de Improbidade Administrativa, o juiz deve ordenar a notificação do requerido para oferecer manifestação por escrito, dentro do prazo de 15 (quinze) dias. Após o recebimento da ação, o réu será citado para apresentar contestação.

V - Nos termos da Lei nº. 8.429/92, a decisão que recebe a inicial da Ação de Improbidade Administrativa é irrecorrível.

- a) F, F, F, V, V.
- b) V, F, V, V, F.
- c) F, F, F, V, F.
- d) V, V, V, F, V.

10) Julgue os itens a seguir atribuindo "V" para verdadeiro e "F" para falso e, em seguida, escolha a alternativa com a sequência correta:

I - Suspende-se o processo pelo parto ou pela concessão de adoção, quando a advogada responsável pelo processo constituir a única patrona da causa ou quando o advogado responsável pelo processo constituir o único patrono da causa e tornar-se pai.

II - ao atuar como exequente em processo judicial, o MPF poderá, legitimamente, requerer a penhora do único imóvel pertencente a pessoa solteira, divorciada ou viúva, pois, nessas hipóteses, não existe a proteção familiar dada pela legislação.

III - caso o executado não tenha outros bens penhoráveis ou se, tendo-os, esses forem de difícil alienação ou insuficientes para saldar o crédito executado, o juiz poderá ordenar a penhora de percentual de faturamento de empresa.

IV - No mandado de segurança o Ministério Público sempre deverá ser ouvido pelo Juízo. Entretanto, o MP não tem sempre que pronunciar-se sobre o mérito da ação mandamental.

V - O Ministério Público tem o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias para apresentar manifestação no mandado de segurança.

- a) V, F, F, V, V.
- b) V, F, V, V, F.
- c) F, V, V, V, F.

d) V, F, V, V, F.

11) A respeito das licitações e contratos, marque a alternativa *incorreta*:

- a) É inconstitucional lei estadual que exija Certidão negativa de Violação aos Direitos do Consumidor dos interessados em participar de licitações e em celebrar contratos com órgãos e entidades estaduais.
- b) São princípios das licitações, dentre outros, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, a vinculação ao instrumento convocatório e o julgamento objetivo.
- c) as hipóteses de inexigibilidade de licitação, previstas no art. 25 da Lei nº. 8.666/93, constituem um rol taxativo.
- d) as hipóteses de dispensa de licitação, previstas no art. 24 da Lei nº. 8.666/93, constituem um rol taxativo.

12) Considerando a legislação vigente, assinale a alternativa *incorreta*:

- a) A lei admite a preferência de determinada marca, mesmo havendo mais de um fabricante para aquele produto, pois a Administração deve primar pela qualidade dos bens adquiridos por meio das licitações.
- b) é dispensável a licitação para obras e serviços de engenharia de valor até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.
- c) para compras e serviços de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a administração pode realizar Convite. Especificamente para obras e serviços de engenharia o limite da contratação por meio de Convite é de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
- d) São modalidades de licitação previstas na Lei nº. 8.666/93 o Convite, a Tomada de Preços, a Concorrência, o Concurso e o Leilão. O Pregão não está previsto na Lei nº. 8.666/93.

13) De acordo com a legislação vigente e jurisprudência do STJ, assinale a alternativa *incorreta*:

- a) Os agentes políticos municipais se submetem aos ditames da Lei de Improbidade Administrativa, sem prejuízo da responsabilização política e criminal estabelecida no Decreto-Lei nº. 201/1967.
- b) A aplicação de pena de demissão por improbidade administrativa não é exclusividade do judiciário, sendo passível a sua incidência no âmbito do processo administrativo disciplinar.
- c) Nas demandas por improbidade administrativa, a decretação de indisponibilidade prevista no art. 7º, parágrafo único, da LIA não depende da individualização dos bens pelo *Parquet*, podendo recair sobre aqueles adquiridos antes ou depois dos fatos descritos na inicial, bem como sobre bens de família.
- d) Os atos de improbidade administrativa descritos no art. 11 da Lei nº. 8.429/92 dispensam a demonstração da ocorrência de dano para a Administração Pública ou enriquecimento ilícito do agente, mas dependem da presença de dolo específico.

14) Assinale a alternativa *correta*:

- a) Embora não previstos expressamente na Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, os princípios da segurança jurídica e da motivação devem nortear as ações da Administração Pública.
- b) Pode ser objeto de delegação a decisão de recursos administrativos, desde que o agente delegado seja lotado no mesmo órgão da autoridade competente.

c) Nas ações de improbidade administrativa não é possível a utilização da prova emprestada colhida na persecução penal, decorrente de quebra de sigilo telefônico, bancário ou fiscal.

d) É inexigível a licitação para contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública. Contudo, de acordo com o Tribunal de Contas da União, para comprovação da exclusividade do empresário, não basta a autorização que assegura exclusividade apenas para os dias correspondentes à apresentação e que é restrita à localidade do evento.

15) Acerca da Lei Complementar nº. 75, de 20 de maio de 1993, marque a alternativa **incorreta:**

a) Compete ao Ministério Público da União propor ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços.

b) Compete ao Ministério Público da União representar judicialmente os interesses da União, entidade autárquica ou empresa pública federal.

c) Nos procedimentos de sua competência, o MPU poderá notificar testemunhas e requisitar sua condução coercitiva, no caso de ausência injustificada.

d) Para exercícios de suas atribuições, o MPU poderá, nos procedimentos de sua competência, ter acesso incondicional a qualquer banco de dados de caráter público ou relativo a serviço de relevância pública.

16) O Supremo Tribunal Federal reconhece a incidência do Princípio da Insignificância, se o fato for penalmente irrelevante. Marque a alternativa que **não se adere à Jurisprudência atual do STF na aplicação desse princípio:**

a) A reincidência não impede, por si só, que o juiz da causa reconheça a insignificância penal da conduta, à luz dos elementos do caso concreto.

b) A reiteração delitiva do réu pode ser causa para não aplicação do princípio.

c) Para a incidência do princípio da insignificância, analisam-se aspectos objetivos do fato, tais como a mínima ofensividade da conduta do agente, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica causada.

d) O STF não admite a incidência do princípio quanto aos crimes tributários.

17) Em relação ao crime de redução à condição análoga à de escravo, tipificado no art. 149 do Código Penal, e ao entendimento do Supremo Tribunal Federal e/ou do Superior Tribunal de Justiça, assinale a assertiva **incorreta:**

a) Conquanto o tipo estar topograficamente inserido na seção "Dos Crimes contra a Liberdade Pessoal", entende-se se tratar de crime contra a organização do trabalho, atraindo a competência da Justiça Federal para seu julgamento.

b) Para a materialidade do delito, é necessária a restrição à liberdade de locomoção do trabalhador.

c) As penas aplicam-se cumulativamente e em dobro, quando, para a execução do crime, reúnem-se mais de três pessoas, ou há emprego de armas.

d) Além das penas cominadas ao referido crime, aplicam-se as correspondentes à violência praticada contra os trabalhadores.

18) A pena deve ser necessária e suficiente para a reprovação e prevenção do crime. Acerca dos critérios para aplicação da pena, assinale a alternativa **incorreta:**

a) Na fixação da pena de multa o juiz deve atender, principalmente, à situação econômica do réu.

- b) A reincidência é circunstância que sempre agrava a pena, quando não constituir ou qualificar o crime.
- c) A existência de inquéritos policiais ou processos penais em andamento, que ainda não tenham transitado em julgado, devem ser levados em consideração como maus antecedentes na dosimetria da pena.
- d) A pena poderá ser ainda atenuada em razão de circunstância relevante, anterior ou posterior ao crime, embora não prevista expressamente em lei.

19) Em relação às medidas despenalizadoras da suspensão condicional do processo e da transação penal, previstas na Lei nº. 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispôs sobre os juizados especiais, assinale a alternativa **correta**:

- a) Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena.
- b) A suspensão condicional do processo será cabível apenas em casos de crimes de menor potencial ofensivo.
- c) Admitir-se-á a proposta de transação penal mesmo que fique comprovado ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva.
- d) A obtenção do benefício da transação penal não importará em reincidência, não impedindo o gozo do mesmo benefício independente de qualquer prazo.

20) O inquérito policial é procedimento administrativo persecutório, destinado a colher elementos probatórios para a apuração das infrações penais e da sua autoria. Em relação ao tema, julgue as seguintes alternativas, marcando a **incorreta**.

- a) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
- b) A autoridade policial assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade, não podendo o advogado ter acesso aos elementos de provas já documentados.
- c) Arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do Ministério Público, não pode a ação penal ser iniciada, sem novas provas.
- d) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

21) Em relação à competência penal da Justiça Federal, assinale a assertiva **correta**:

- a) Aos juízes federais compete processar e julgar as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, inclusive as contravenções penais.
- b) Aos juízes federais compete processar e julgar os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, apenas quando, relacionados a Direitos Humanos e iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente.
- c) a competência para processamento e julgamento de crime de publicação de conteúdo pornográfico envolvendo criança ou adolescente será da Justiça Federal quando houver publicação das imagens em *sites da internet* de amplo acesso a qualquer usuário.
- d) Compete à justiça federal processar e julgar prefeito por desvio de verba federal transferida e incorporada ao patrimônio municipal.

22) No que concerne à prisão e às garantias fundamentais dos acusados, marque a alternativa **incorreta**:

- a) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- b) A prisão temporária será decretada pelo Juiz e terá o prazo de 5 (cinco) dias. Nos crimes hediondos, terá o prazo de 30 (trinta) dias. Em ambos os casos, os prazos são prorrogáveis por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- c) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito.
- d) Havendo prisão em flagrante válida, a sua conversão em prisão preventiva não necessita de motivação.

23) A Constituição Federal assegura aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento. Em relação aos Partidos Políticos, assinale a alternativa **correta**:

- a) Só é admitido o registro de partido político no Tribunal Superior Eleitoral que tenha caráter nacional.
- b) Os partidos políticos instrumentalizam o princípio do pluralismo político, alicerçando a democracia. Diante desses interesses, os partidos políticos são constituídos, desde sua origem como pessoas jurídicas de direito público.
- c) Para cumprir suas funções, os partidos políticos também recebem verbas públicas, por meio do fundo partidário, gerando o dever de prestar contas junto ao respectivo Tribunal de Contas.
- d) Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica com a inscrição no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Contudo, o registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral confere-lhe natureza de pessoa jurídica de direito público.

24) Em relação ao Ministério Público Eleitoral, marque a alternativa **incorreta**:

- a) O Ministério Público Eleitoral não tem previsão expressa de existência na Constituição Federal de 1988.
- b) Cabe ao Ministério Público Federal e, residualmente, aos Ministérios Públicos dos Estados o exercício das atribuições do Ministério Público Eleitoral.
- c) O Procurador-Geral da Eleitoral é o Procurador-Geral da República.
- d) É exigência constitucional que os quadros, com carreira específica, dos membros do Ministério Público Eleitoral sejam preenchidos mediante concurso público de provas e títulos.

25) No que concerne aos Direitos Políticos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- b) Não é condição de elegibilidade a filiação partidária.
- c) São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.
- d) É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos previstos na Constituição.

26) Considerando a disciplina sobre a propaganda eleitoral na Lei nº. 9.504, de 30/9/1997, que estabelece normas para as eleições, julgue as seguintes assertivas:

I – As emissoras de rádio e TV que queiram realizar debates entre candidatos a cargos de eleição majoritária serão obrigadas a chamar todos os candidatos de partidos com representação na Câmara dos Deputados;

II - Na internet, é vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga.

III - É proibida a realização de *showmício* e de evento assemelhado para promoção de candidatos, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral.

Estão **corretos** os enunciados:

- a) I e II;
- b) I e III;
- c) II e III;
- d) I, II e III.

27) Com base na repartição de competências em matéria ambiental e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a afirmação **incorreta**.

- a) Compete conjuntamente à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios proteger as paisagens naturais notáveis, proteger o meio ambiente e preservar as florestas, a fauna e a flora.
- b) O Município é competente para legislar sobre meio ambiente com União e Estado, no limite de seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados.
- c) Não é atribuição dos Municípios combater a poluição em qualquer de suas formas, pois extrapola interesse local.
- d) Incumbe ao Poder Público definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos.

28) Entende-se por unidades de conservação o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção ao meio ambiente. Em relação ao disposto na Lei nº. 9.985, de 18/7/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, assinale a alternativa **correta**:

- a) A lei federal de regência não prevê a possibilidade de criação de unidades de conservação estaduais e municipais.
- b) As unidades de conservação dividem-se em três grupos, com características específicas: I – Unidades de Proteção Integral; II – Unidades de Uso Sustentável; e III – Unidades de Prevenção Ambiental.
- c) Nas unidades de conservação, é permitida a pesquisa científica, desde que respeitadas as condições legais e as estabelecidas pelo plano de manejo, mas não é possibilitado o turismo ecológico.
- d) Dentre os objetivos do SNUC, tem-se a proteção dos recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais.

29) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Para assegurar a efetividade desse direito, a Constituição Federal impõe incumbências ao Poder Público. Assinale a assertiva que apresenta uma assertiva **inadequada** em relação às obrigações impostas pela Constituição:

- a) preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
- b) promover a educação ambiental na educação infantil e na fundamental e, excepcionalmente, na superior, e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
- c) exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
- d) controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.

30) Em relação aos princípios do Direito Ambiental e à responsabilidade civil e administrativa por degradação ao meio ambiente, assinale a alternativa **correta**:

- a) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, para a validade da aplicação de multa, não é necessária a prévia imputação de advertência, quando a infração ambiental for grave.
- b) É permitido ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) impor penalidade decorrente de ato tipificado como crime ou contravenção, não cabendo ao Poder Judiciário referida medida.
- c) O emprego de fogo em práticas agropastoris independe de autorização do Poder Público.
- d) Não se admite a condenação simultânea e cumulativa das obrigações de fazer, de não fazer e de indenizar na reparação integral do meio ambiente, para não configurar mais de uma punição pelo mesmo fato.